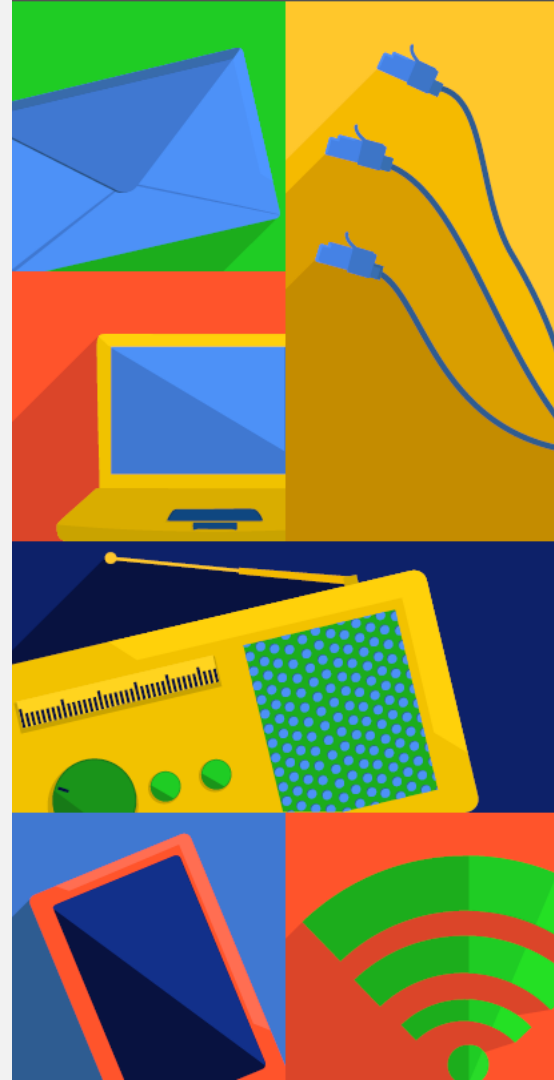


Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO À BANDA LARGA



O Programa Nacional de Banda Larga – PNBL



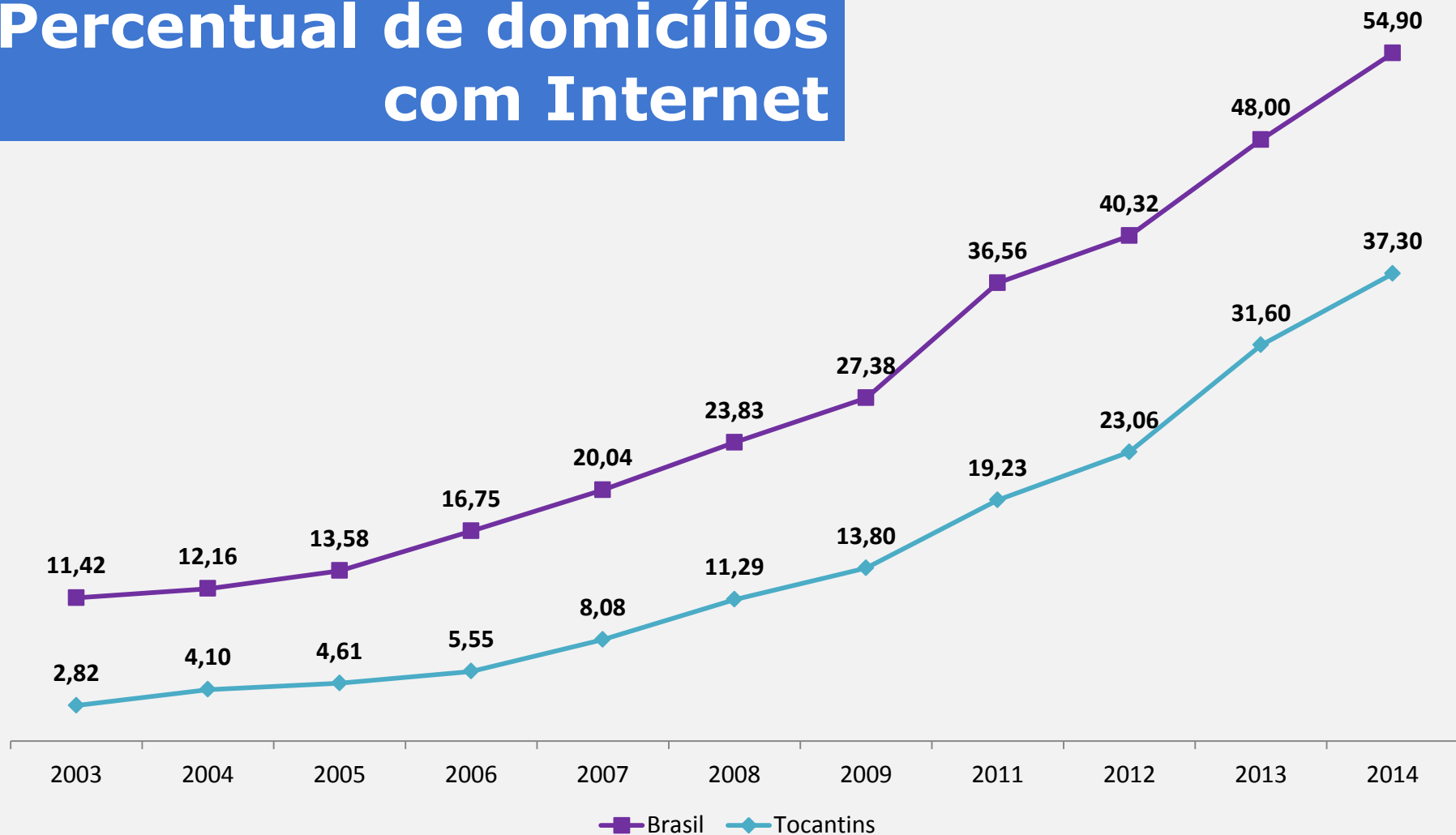
META 2014

35,0 MILHÕES DE DOMICÍLIOS
COM ACESSO À INTERNET

REALIDADE 2014

36,8 MILHÕES DE DOMICÍLIOS
COM ACESSO À INTERNET

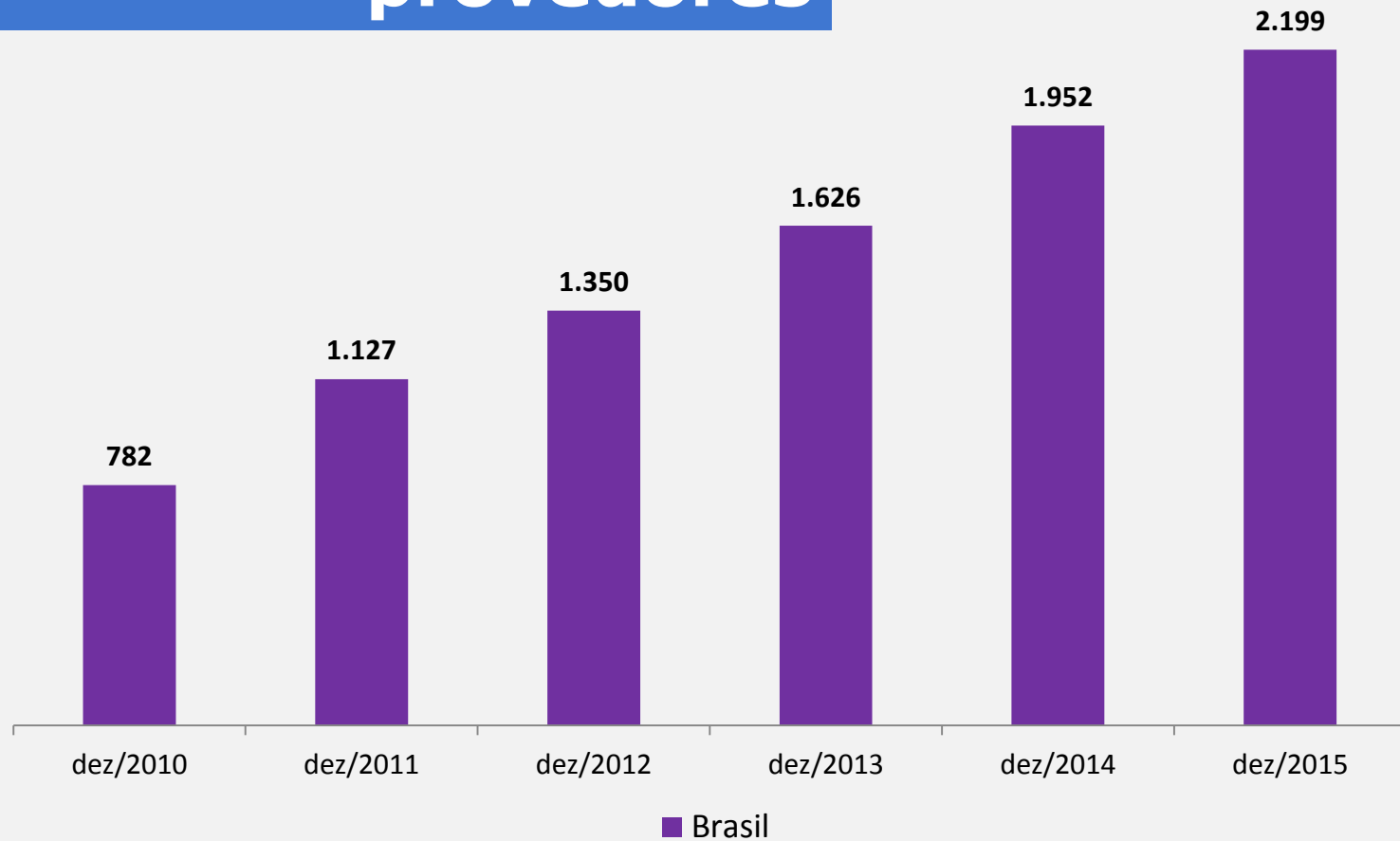
Percentual de domicílios com Internet



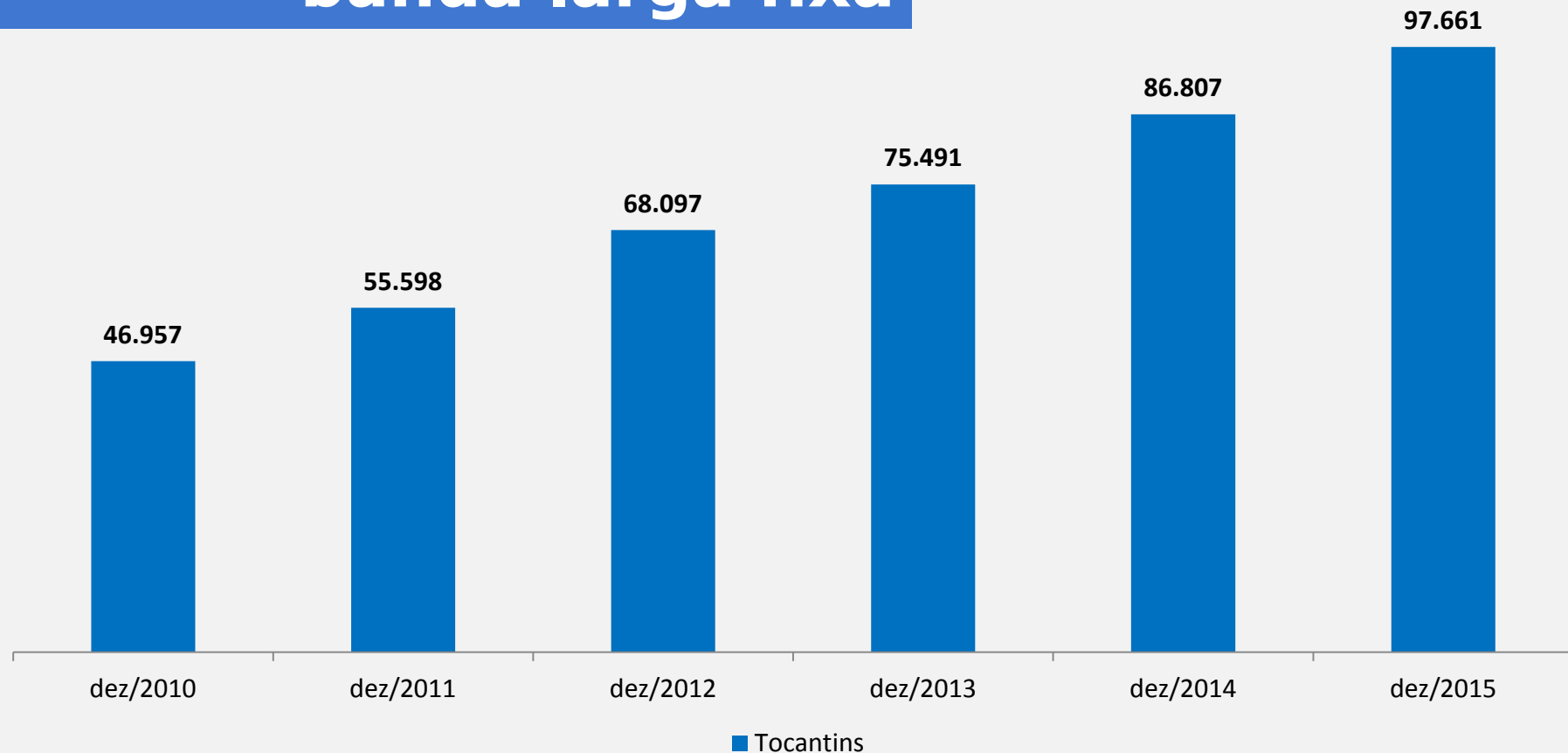
Milhões de acessos de banda larga fixa



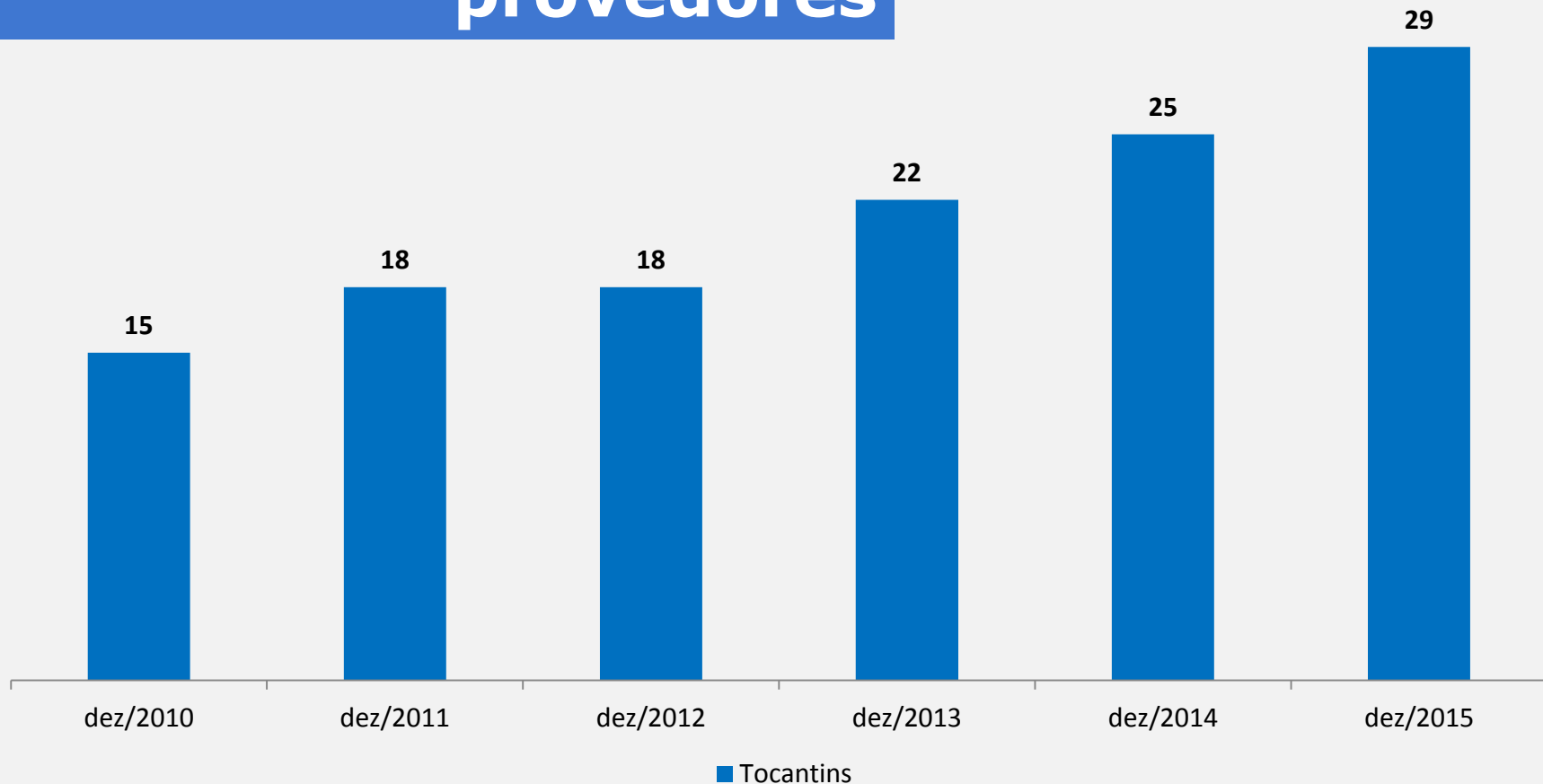
Quantidade de provedores



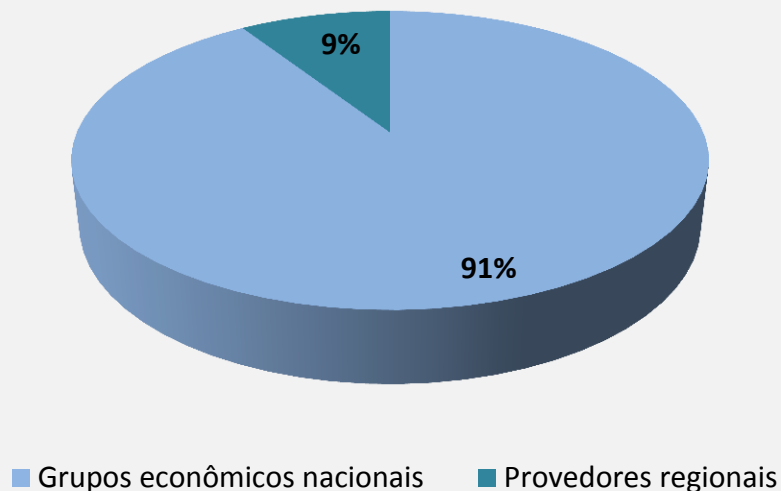
Acessos de banda larga fixa



Quantidade de provedores



O perfil dos provedores regionais



Tocantins

- 20 provedores regionais
- 10 mil clientes (10% do total do Estado)

Mercado de atuação

- 45% atendem de 1 a 3 municípios
- 21% atendem de 4 a 6 municípios

Link

- 44% dos provedores contratam entre 100 Mbps e 1 Gbps; apenas 5% contratam mais de 1 Gbps

Tecnologia

- 49% possuem acesso em fibra óptica

Políticas com impacto sobre provedores regionais

Compartilhamento
de infraestrutura

Espectro

Redução de custos
regulatórios

Tributação

Financiamento

SGDC

Compartilhamento de infraestrutura

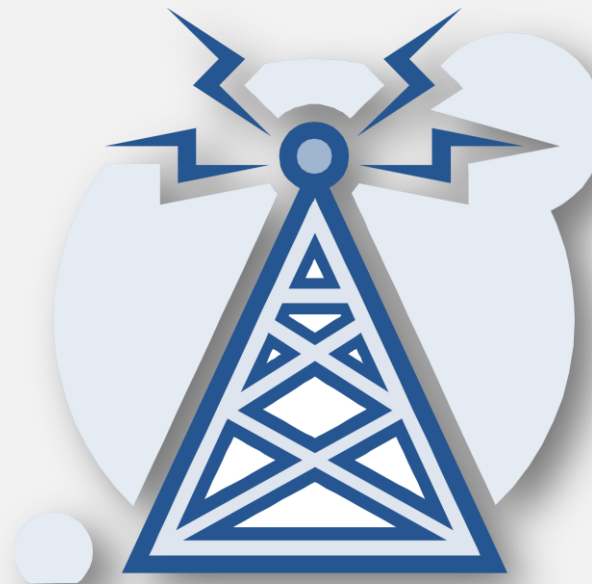
Regulação do compartilhamento de postes

- Preço de referência para o **ponto de fixação**: R\$ 3,19
- Somente um ponto de fixação por prestadora
- Prazo para regularização da ocupação dos pontos
- Regularização imediata para postes inteiramente ocupados
- Cadastro das ocupações e disponibilidade será público
- GT-Postes: postes no SOIA (aberto a não PMS)
- De 10% para 40% da receita bruta apropriada pela distribuidora (Portaria Aneel)



Disponibilidade de radiofrequência

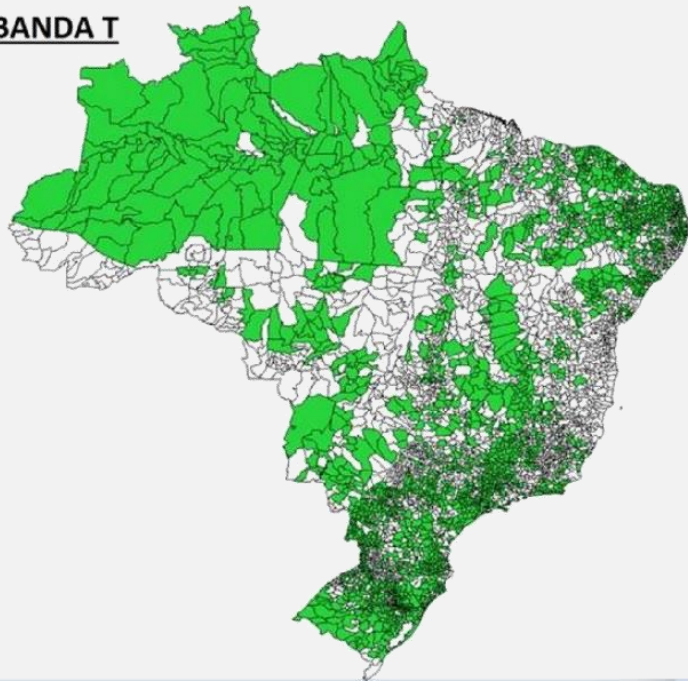
- Licitação Anatel 18/12/2015
- Participação remota no procedimento de seleção dos interessados
- 20 mil lotes do tipo C (1,9 GHz e 2,5 GHz)
- 18 meses para começar a operar
- 5.479 lotes arrematados por 324 provedores por R\$ 89,9 milhões
- 2.903 municípios abrangidos



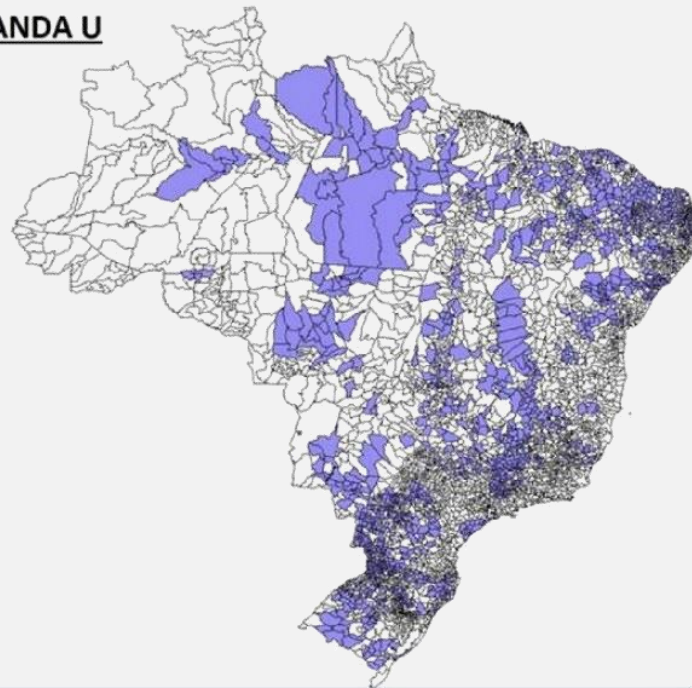
Disponibilidade de radiofrequência

Licitação das bandas T (15 MHz)
e U (35 MHz)

BANDA T



BANDA U



Disponibilidade de radiofrequência em Tocantins

- **Empresas:**

- MEGA NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA LTDA
- CST SERVIÇOS DE INTERNET LTDA
- BELEZA NETWORK PROVEDOR DE INTERNET LTDA
- JÚPITER TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA LTDA
- TEUTONET TELECOMUNICAÇÕES LTDA
- WP TELECOMUNICAÇÕES LTDA

- **Municípios:**

1. Alvorada
2. Araguaçu
3. Araguatins
4. Augustinópolis
5. Figueirópolis
6. Guaraí
7. Gurupi
8. Jaú do Tocantins
9. Lagoa da Confusão
10. Lajeado
11. Miracema do Tocantins
12. Palmas
13. Paraíso do Tocantins
14. Pedro Afonso
15. Peixe
16. Porto Nacional
17. Taguatinga
18. Talismã
19. Tocantinópolis

Redução de custos regulatórios

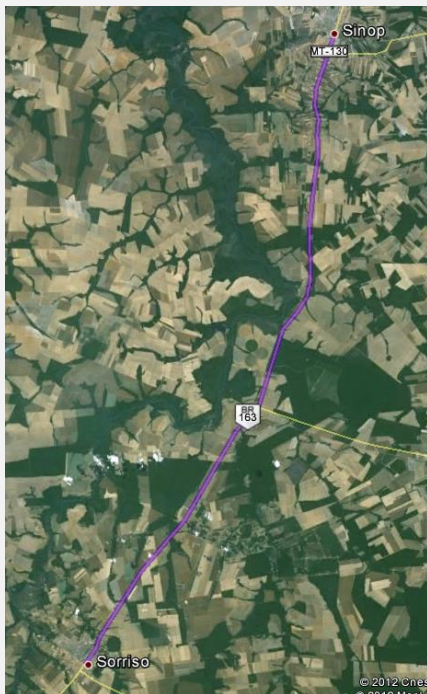
Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia

- Diminuição do valor das outorgas (de R\$ 9 mil para R\$ 400)
 - Criação de autorização “combo” (SCM+STFC+SeAC) por R\$ 9 mil
- Criação de obrigações assimétricas para prestadores de pequeno porte

	Metas de qualidade	Central de atendimento	Guarda de registros dos contatos dos usuários	Acessibilidade
Mais de 50 mil usuários	Sim	Sim 24 x 7	Sim 180 dias	Documentação em formato para deficientes visuais
Menos de 50 mil e mais de 5 mil usuários	Não	Sim 8h – 20h	Sim 90 dias	Documentação em formato para deficientes visuais
Menos de 5 mil usuários	Não	Sim 8h – 20h	Não	Sem obrigações

Redução de custos regulatórios

O custo-Brasil para o setor de telecomunicações é maior do que para outras atividades econômicas de relevância parecida ou menos importantes para a coletividade



Simulação hipotética:

Análise comparativa dos encargos tributários e não tributários incidentes sobre a instalação de um empreendimento na BR-163, no trecho de 100 km entre Sorriso e Sinop (MT), que fature R\$ 100 mil mensalmente

1º Caso

Rede de
telecomu-
nicação

2º Caso

Rede de
transmissão
de energia
elétrica

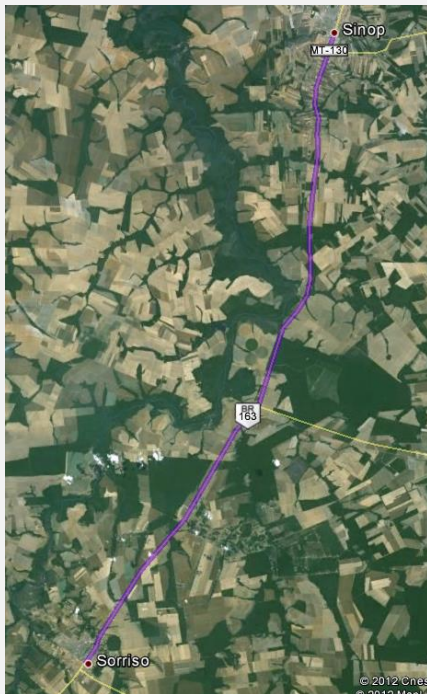
3º Caso

Motel

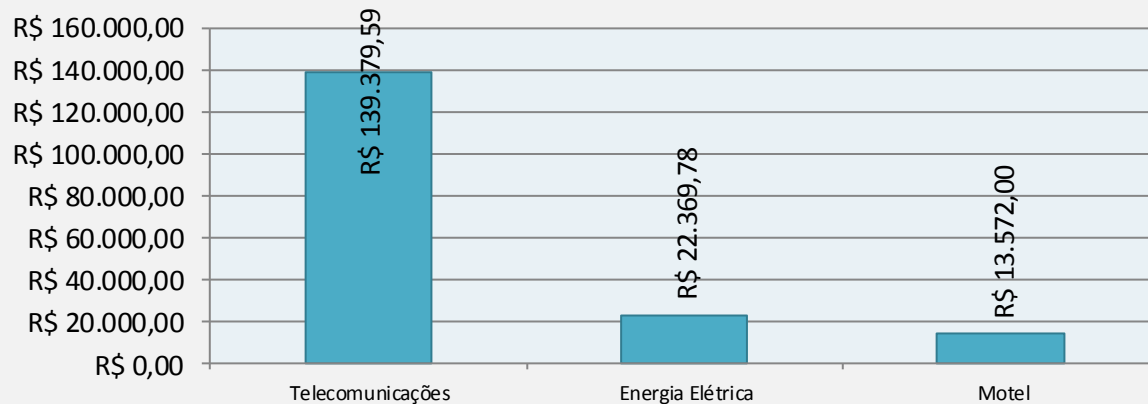


Redução de custos regulatórios

Cobrança pelo direito de passagem



Visão comparada dos encargos tributários e não tributários (sobre R\$ 100 mil reais de faturamento)



Tratamento isonômico do setor (em relação ao setor de energia elétrica) é fundamental para viabilizar o desenvolvimento da rede de transporte no interior do país.

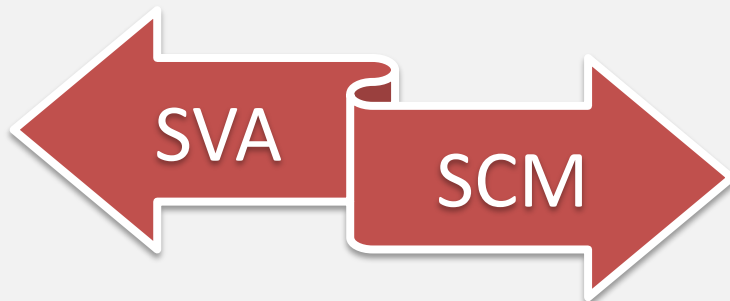
Redução de custos regulatórios

Lei das Antenas
(Lei nº 13.116, de 2015)

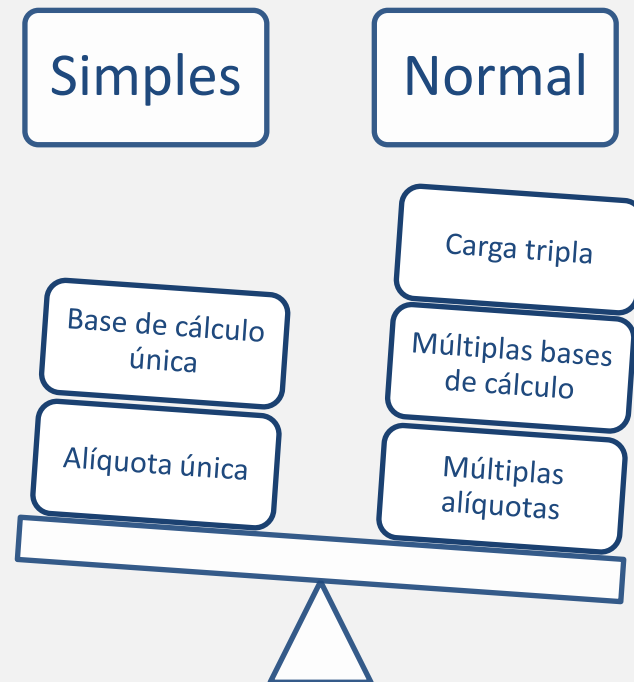
- Legislação heterogênea de municípios dificultava implantação de infraestrutura (especialmente torres e antenas)
 - **Harmonização** do rito de autorização
 - Prazo máximo de **60 dias**
- **Vedação** de cobrança pelo direito de passagem:
 - Margens de ferrovias e rodovias
 - Margens de **novas** concessões de ferrovias e rodovias

Tributação

Minimizar ICMS

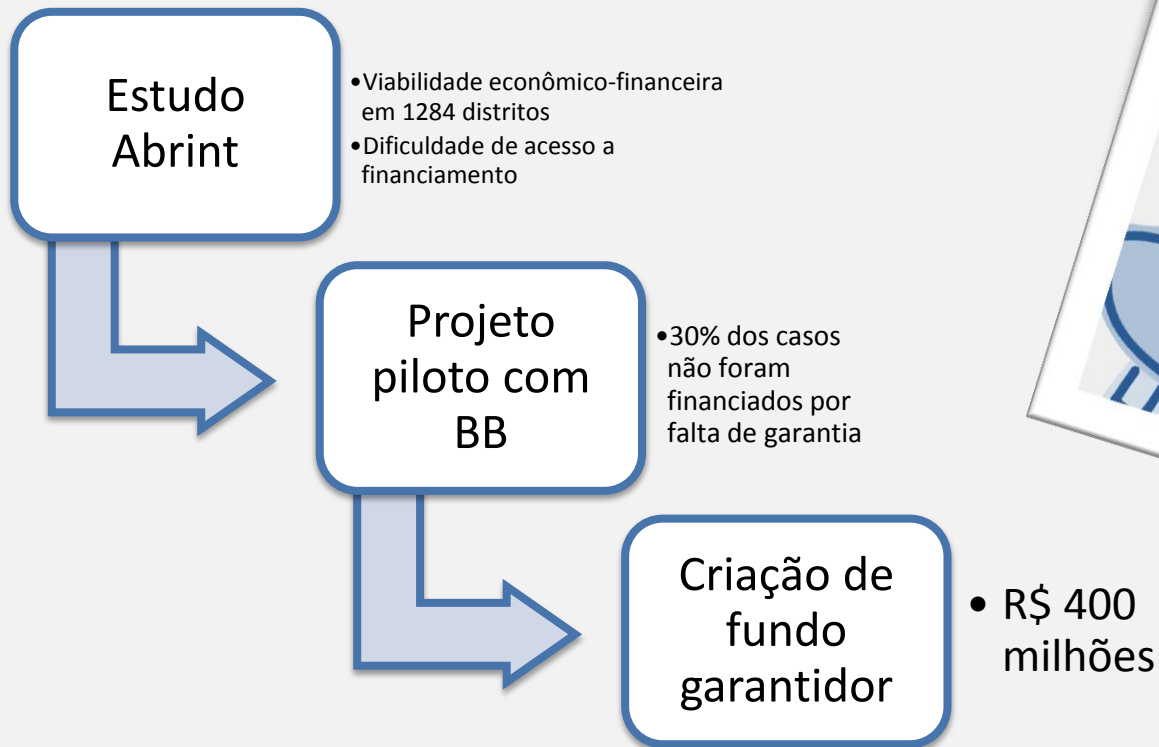


RE 714139/SC



Financiamento

Acesso em pequenas cidades



Obrigado

Artur Coimbra de Oliveira
Diretor
Departamento de Banda Larga

(61) 2027-6373
artur.coimbra@comunicacoes.gov.br

